

GÁS PARA TODOS

Presidente aposta em programas sociais para reverter queda de popularidade. Objetivo é aumentar o número de beneficiários de 5,5 milhões para 22 milhões de famílias

Lula quer ampliar auxílio

» RENATO SOUZA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva aposta em programas de aporte para as classes mais pobres da população para tentar reverter a queda de popularidade. A grande marca que o governo pretende deixar neste ano é o programa Gás Para Todos, que está sendo tocado pessoalmente pelo chefe do Executivo, em conjunto com a equipe econômica. Atualmente, 5,5 milhões de famílias recebem o Auxílio Gás, um valor equivalente à metade do custo do botijão de 18kg, que é repassado aos beneficiados a cada dois meses.

No entanto, o governo pretende ampliar o número de beneficiários para 22 milhões de famílias nas próximas semanas. O projeto que cria o novo programa está sendo pensado para ser apresentado junto com outras medidas, como a isenção de Imposto de Renda de quem ganha até R\$ 5 mil. O entrave, neste momento, é reservar recursos para fazer os pagamentos. As famílias devem receber um voucher que poderá ser trocado pelos botijões em depósitos e distribuidoras em todo o país. O governo tem em caixa, previstos no orçamento deste ano, R\$ 600 milhões para esse tipo de benefício.

Minervino Junior/CB/D.A. Press



O Auxílio Gás é equivalente à metade do custo do botijão de 18kg

O valor é insuficiente para fazer os pagamentos para todo o público que o presidente deseja alcançar. A avaliação é de que o programa também deve gerar redução no valor do gás de cozinha para as demais classes, que

não serão contempladas com o voucher, mas que perceberão a redução no custo do produto. Lula chegou a citar o benefício durante discurso em Macapá na semana passada. "Estamos discurtindo um projeto, já está quase

tudo pronto, para a gente entregar gás de graça para 22 milhões de famílias neste país. Porque para nós, o gás faz parte da cesta básica. O gás sai da Petrobras por R\$ 36, a Petrobras entrega o gás para essas distribuidoras a R\$ 36. Ele chega aqui por R\$ 150. Não é possível", disse ele.

A queda na popularidade apontada pelo Instituto Datafolha fez com que as conversas se acelerassem. No governo, a avaliação é de que o programa deve ser ampliado, mesmo que seja ao longo do ano, com a destinação de novos recursos, mas que todas as famílias com dificuldade para comprar o gás devem ser atendidas. Lula mira em suas gestões anteriores e aposta que o sucesso de programas como o Luz Para Todos e o Fome Zero podem se repetir com as novas medidas.

A avaliação é de que, apesar da necessidade de cumprir o arcabouço fiscal, sem furar o teto, o Brasil hoje está em uma situação econômica e social completamente diferente da que ocorria há 20 anos e que medidas como o Auxílio Gás podem ter maior impacto, tendo em vista a redução no desemprego, a elevação da renda das famílias e a queda na quantidade de pessoas em extrema pobreza e em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar.

Brasil S/A
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Falsetas da política

Os sorrisos largos, os abraços e os tapinhas nas costas entre os novos dirigentes da Câmara e do Senado e o presidente Lula são, a quem atenta aos gestos e simbolismos, o flagrante dos enroscos em que estamos enfiados nas últimas quatro décadas — a estagnação de uma economia movida por lufadas de gasto público e crédito caro e escasso, enquanto a produção, exceto o agro, envelhece e encolhe.

A camaradagem entre os chefes dos Poderes, o que inclui ministros das cortes supremas, mais distorce que revela o exato ambiente dos minuetos das cúpulas da República. Em público, tudo é afeto. Entre quatro paredes, é pancadaria, como expõem os perfis notadamente de petistas falando mal dos líderes da maioria parlamentar. Se um dia as diferenças que os separam forem assumidas, o déficit fiscal e o endividamento público poderão perder ímpeto, assim como o papel de vilão da economia dos juro arbitrados pelo Banco Central.

Desde a ditadura, formalmente encerrada com a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney, em 1984, nenhum governante dispôs de uma maioria parlamentar eleita com a mesma visão de país. Todos os presidentes foram e são de partidos minoritários no Congresso, tal como a corrente política a que se filiam, estando nessa disjuntiva a obsolescência de um projeto nacional de desenvolvimento.

Os presidentes se elegem, sobretudo, desconstruindo seus rivais e prometendo bem-estar pontual, enquanto os candidatos a deputado e senador fazem campanha como se disputassem um assento de vereador. Os primeiros, depois de eleitos, pagam as promessas com a expansão do gasto, especialmente transferências de renda, além da corrosão da receita, patrocinando subsídios e desonerações tributárias.

O que vem depois explica a gênese do engessamento do gasto, sendo que boa parte se tornou compulsória com a Constituição, e o ritmo de expansão. As medidas propostas pelo Executivo para satisfazer o eleitor e os lobbies que os apoiaram serão aprovadas no Congresso — e, como sabido, o governante não tem maioria — mediante o rateio de emendas à Lei Orçamentária Anual, que é o modo de o parlamentar se reeleger e ampliar seu grupo político nos feudos eleitorais.

É um processo corrompido na origem, tanto na Constituição, que se tornou prolífica para encampar demandas conflitantes e redação às vezes dúbida, quanto na governabilidade, nome de viés tecnocrático para disfarçar o aliciamento da oposição. Essa corda esgarçou.

Flagelo da América Latina

A verdade é que nem estava tão ruim, de 2016 a 2022, com pandemia e Bolsonaro. Ao contrário, a economia vinha se reorganizando, nem ela tendia para o descontrole depois da expansão da ordem de R\$ 160 bilhões do gasto com a PEC da Transição a partir de 2023 e o pagamento antecipado do beijo dos precatórios do governo passado.

A promoção do gasto é que empurra o crescimento econômico que os economistas do tal mercado não conseguem antecipar, adicionado ao aumento da renda pela combinação de transferências sociais com a prestação de serviços de modo informal, o fenômeno que explica de um lado o baixo desemprego e, de outro, a resiliência do consumo.

Em suma, não havia motivo para o dólar destrambelhar no fim do ano passado, afora especulação com a passagem de comando do Banco Central de Roberto Campos Neto para Gabriel Galípolo. Foi mais isso do que a eleição de Donald Trump e sua política de destruição do fundamentalismo de mercado, dominante desde os anos 1990, e da ordem econômica multilateral — um projeto de poder dos EUA, diga-se, e que deixou de servi-los com a ascensão do poderio da China.

O grosso dos problemas nacionais se deve a decisões apenas nossas — a maior delas, a ênfase à indução ao consumo e não à oferta, um flagelo dos governos de esquerda na América Latina, além do que, a rigor, é uma contradição chocante: a tentativa de se mostrar fiel ao figurino fiscalista cobrado pelo mercado financeiro.

Nada mais fundamentalista do que supor que superávits fiscais e a omissão do planejamento público bastem para o investimento privado decolar.

Caminhos e descaminhos

A panorâmica da economia parece clara, mas a irracionalidade não cede na política, onde se confunde crescimento de 3,5% do PIB com vitalidade econômica num mundo em transição. A indústria de ontem está condenada a desaparecer, como desapareceram a TV de válvula, a vitrola e o filme fotográfico. Irracional é, por exemplo, fazer política industrial para atividades em decadência, em vez de orientá-la para negócios emergentes. Crédito barato nada tem a ver com política industrial. Nem incentivos tributários.

O que alavancará o país para frente é conhecido. A digitalização de todos os processos, nos governos e empresas privadas, é uma das diretrizes, mas há 15 instâncias na área federal encarregadas do assunto. Ou seja: ninguém é responsável.

Faltam data centers, mas abunda energia, sobretudo no Nordeste, sendo esse um dos maiores custos no processamento de dados. E...? E 60% dos dados nacionais são processados nos EUA, segundo estudo do Ministério da Fazenda.

Infraestrutura é outro caminho. Essa é das poucas áreas em que o planejamento está tendo continuidade e tem tido certo sucesso, em especial no campo das concessões rodoviárias. A condicionante é o baixo funding das empresas do ramo, embora haja dinheiro farto no mercado de crédito privado. O PAC, o programa de obras federais, deu a direção. A incerteza sobre a política fiscal, que engrava o custo do dinheiro, é o obstáculo. Removido, o capital deslança.

Com mais gestão de qualidade e menos ansiedade política, pode-se fazer muito mais. Não-caminho é mais tributação, regulação etc.

Bola fora ou bola dentro?

A dois anos das eleições gerais, ainda é possível reorientar o que está aí, seja para se preparar contra os solavancos de Trump, seja para injetar dinamismo na economia. Riscos pelo lado monetário, se vierem, serão pela empáfia do governo diante da gestão fiscal, já que o presidente do BC, Gabriel Galípolo, tem dado mostras de que não vai folgar com a inflação.

A âncora de estabilidade será o BC.

TOP 3
CORREIO BRAZILIENSE
2025

DIGITAL100 WEB & APP
DIGITAL100 powered by similarweb

A INFORMAÇÃO DE CREDIBILIDADE SEMPRE RECONHECIDA

○ Correio Braziliense é o 3º portal jornalístico que mais cresceu no Brasil em 2024 e o líder absoluto em crescimento no DF, de acordo com

○ Digital 100 WEB & APP da Similarweb.

WWW.CORREIOBRAZILIENSE.COM.BR

Fonte: Similarweb Brasil - Relatório Digital 100/JAN-2025 - Visitantes únicos (2024 em comparação a 2023). Recorte: portais de conteúdo jornalístico no Brasil.